

Ética na Pesquisa



Zmith PPE

- Experimento de Milgram sobre Obediência
- Custos e Benefícios da Pesquisa
- Principais Questões Éticas na Pesquisa
 - Estresse e Dano Psicológico
 - Engodo
 - Consentimento Informado
 - Entrevista de Esclarecimento
 - Alternativas ao Engodo
 - Representação de Papéis*
 - Estudos que Envolvem Simulação*
 - Experimentos Honestos*
 - O Engodo Ainda Constitui um Problema?
- Outras Questões Éticas na Pesquisa
 - Anonimato e Sigilo
 - Populações Especiais de Participantes de Pesquisa
 - Obrigações dos Experimentadores
 - Formulação de Princípios Éticos
 - Pesquisas com Participantes Humanos
 - Ética e Pesquisa Animal
 - Custos e Benefícios Revisitados
 - Fraude
 - Termos Estudados*
 - Questões de Revisão*
 - Atividades*

Cozby (2008)

4

67

Considerações éticas são fundamentais no planejamento, condução e avaliação de pesquisas. Neste capítulo, exploraremos, em detalhe, a natureza dos problemas éticos que surgem na pesquisa e examinaremos algumas diretrizes para lidar com esses problemas.

EXPERIMENTO DE MILGRAM SOBRE OBEDIÊNCIA

Stanley Milgram realizou uma série de experimentos (1963, 1964, 1965) para estudar o fenômeno da obediência a uma figura autoritária. Colocou um anúncio em um jornal local, em New Haven, Connecticut, oferecendo US\$ 4,50 a homens para participarem de um “estudo científico sobre memória e aprendizagem” que estava sendo realizado na Universidade Yale. Os interessados iam ao laboratório de Milgram, em Yale, onde eram recebidos por um cientista, que vestia um guarda-pó, e, por outro participante do estudo – um homem de meia-idade, chamado “senhor Wallace”. O senhor Wallace era na verdade um aliado do experimentador, mas os participantes não sabiam disso. O cientista explicou que o estudo iria examinar os efeitos da punição sobre a aprendizagem. Uma pessoa seria o “professor”, que poderia administrar a punição, e a outra seria o “aluno”. O senhor Wallace e os participantes voluntários, então, retiraram pedaços de papel para determinar quem seria professor e quem seria aluno. O resultado do sorteio, no entanto, era pré-determinado. O senhor Wallace era sempre aluno e os voluntários, sempre professores.

O cientista colocava eletrodos no senhor Wallace e posicionava o professor em frente a uma máquina para aplicação de choques. Informava aos participantes que a máquina para aplicação de choques tinha uma série de botões, que, quando pressionados, liberariam choques no senhor Wallace. O primeiro botão apresentava o rótulo 15 volts, o segundo apresentava o rótulo 30 volts, o terceiro, 45 volts, e assim por diante, até 450 volts. Além disso, os botões também exibiam os rótulos “choque leve”, “choque moderado” e assim por diante, até “Perigo: choque severo”, havendo um X vermelho acima de 400 volts.

O senhor Wallace foi instruído a aprender uma série de pares de palavras. Em seguida, aplicava-se um teste, para verificar se ele era capaz de identificar as palavras que se combinavam. Cada vez que o senhor Wallace cometia um erro, o professor aplicava um choque como punição. Ao primeiro erro era liberado, supostamente, um choque de 15 volts, ao segundo, um choque de 30 volts, e assim por diante. A cada erro cometido o aluno recebia um choque maior. O aluno, senhor Wallace, naturalmente nunca recebia choque algum, mas os participantes não sabiam disso. No experimento, o senhor Wallace cometia um erro

atrás do outro. Quando o professor o “punia com um choque” de aproximadamente 120 volts, o senhor Wallace começava a gritar de dor e, finalmente, berrava pedindo para sair. E se o professor quisesse parar? Isso acontecia – os participantes verdadeiros ficavam visivelmente incomodados com a dor que o senhor Wallace parecia sentir. O cientista dizia ao professor que ele poderia desistir, mas pedia a ele que continuasse, usando uma série de argumentos que mostravam a importância de continuar o experimento.

O estudo era supostamente um experimento sobre memória e aprendizagem, mas Milgram estava, de fato, interessado em verificar se os participantes continuariam a obedecer ao experimentador, administrando inclusive choques de níveis elevados no aluno. O que aconteceu? Aproximadamente 65% dos participantes continuaram a aplicar choques até 450 volts. O estudo de Milgram ganhou notoriedade e os resultados obtidos por ele contribuíram para mudar muitas de nossas crenças sobre nossa capacidade de resistir à autoridade. Trata-se de um estudo importante, cujos resultados têm implicações para compreender a obediência em situações da vida real, tais como a Alemanha nazista e o suicídio em massa de Jonestown (Miller, 1986). Mas o que dizer sobre a ética do estudo de Milgram? Como podemos tomar decisões sobre os aspectos éticos desse estudo ou de qualquer outro?

CUSTOS E BENEFÍCIOS DA PESQUISA

Suponhamos que você esteja realizando sua própria pesquisa ou que esteja avaliando pesquisas realizadas por outras pessoas. Como saber, em última análise, se a pesquisa é ou não aceitável eticamente? Como na maioria das questões da vida, devem-se considerar os custos e os benefícios envolvidos na decisão (*análise de custo-benefício*). Nas decisões sobre ética na pesquisa, devemos calcular implícita ou explicitamente os custos e os benefícios obtidos com os prováveis resultados. Estes incluem fatores como dano físico ou psicológico e quebra de sigilo. Iremos discutir esses fatores detalhadamente. O custo de não realizar o experimento também deve ser avaliado (Christensen, 1988), no caso de o procedimento proposto ser o único modo possível para coletar dados potencialmente úteis. Os benefícios incluem ganhos diretos para os participantes, tais como aquisição de um ganho educacional, aquisição de uma nova habilidade ou tratamento para um problema médico ou psicológico. Outros benefícios incluem a contribuição científica da investigação, o benefício potencial da aplicação das descobertas da pesquisa e os benefícios educacionais para pesquisadores em formação. Lendo sobre ética da pesquisa, considere como avaliar o custo e o benefício; retornaremos a essas questões ao final do capítulo.

PRINCIPAIS QUESTÕES ÉTICAS NA PESQUISA

Estresse e Dano Psicológico

A primeira questão que pode ser colocada a respeito do experimento de Milgram refere-se ao estresse pelo qual os participantes passaram enquanto aplicavam choques intensos a um aluno obviamente relutante. Um filme, feito por Milgram, mostra os participantes protestando, transpirando e mesmo rindo nervosamente enquanto aplicavam os choques. Você pode questionar se é justificável submeter pessoas a um experimento estressante, como esse, e se a experiência teve conseqüências a longo prazo para os voluntários. Por exemplo, tendo obedecido ao experimentador, é possível que os participantes sintam remorsos contínuos ou passem a ver-se como cruéis e desumanos? Uma defesa do estudo de Milgram será feita, mas antes vamos considerar alguns procedimentos de pesquisa potencialmente estressantes.

Procedimentos que presumivelmente causam algum prejuízo físico aos participantes são raros, mas essa possibilidade deve ser considerada. Muitos procedimentos médicos podem cair nessa categoria – por exemplo, administrar drogas, tais como cafeína ou álcool, ou privar pessoas de dormir por um período extenso de tempo. Os riscos de tais procedimentos requerem que se tome muito cuidado para que sejam eticamente defensáveis.

O estresse psicológico é mais comum que o estresse físico. Por exemplo, pode-se dizer aos participantes que eles receberão choques elétricos de alta intensidade. Eles nunca receberão os choques realmente – a variável de interesse é o medo ou a ansiedade durante o período de espera. Pesquisas de Schachter (1959) que empregaram um procedimento desse tipo mostraram que a ansiedade produziu desejo de aproximar-se dos outros durante o período de espera.

Outro procedimento que produz estresse psicológico consiste em dar aos participantes *feedback* negativo sobre sua personalidade ou capacidade. Pesquisadores interessados em auto-estima tipicamente aplicam aos sujeitos um teste de personalidade ou capacidade simulado. O teste é seguido por uma avaliação que reduz ou aumenta a auto-estima. No primeiro caso, indica que o participante tem traços de personalidade desfavoráveis ou um baixo escore na capacidade medida.

Como você pode ver, alguns procedimentos de pesquisa envolvem estresse físico ou psicológico. Decidir se tais pesquisas devem ser realizadas é uma questão difícil, à qual voltaremos mais tarde.

Engodo

O experimento de Milgram também ilustra o uso de engodo. Os participantes desse experimento concordaram em fazer parte de um estudo sobre me-

mória e aprendizagem, mas não sabiam que de fato iriam fazer parte de um estudo sobre obediência. Quem poderia imaginar que um experimento sobre memória e aprendizagem (um título aparentemente inofensivo) envolveria aplicação de choques elétricos de alta intensidade e dolorosos em outra pessoa? Os participantes do estudo de Milgram não sabiam em que consistia o experimento na realidade. O procedimento careceu do que é chamado **consentimento informado**: não foram dadas informações precisas aos participantes sobre os propósitos da pesquisa e os riscos envolvidos antes de eles consentirem em fazer parte do experimento.

O problema do engodo não se limita à pesquisa de laboratório. Procedimentos em que os observadores ocultam seus objetivos, ou em que ocultam sua presença ou identidade, também envolvem engodo. Por exemplo, Humphreys (1970) estudou o comportamento de homossexuais do sexo masculino que frequentavam banheiros públicos (chamados "salões de chá"). Ele não participou de qualquer atividade homossexual, mas serviu como olheiro, tendo como função avisar sobre a aproximação de possíveis intrusos. Além de observar as atividades dentro do local, anotou os números das placas dos carros dos visitantes. Mais tarde, obteve o endereço dos homens, disfarçou-se e visitou-os em suas casas, para entrevistá-los. Seu procedimento certamente é uma maneira de descobrir algo sobre homossexualismo, mas emprega considerável engodo.

O estudo de Milgram sobre obediência é um exemplo de engodo elaborado: os participantes foram enganados quanto ao propósito do estudo, um cúmplice do experimentador reuniu-se aos demais participantes do estudo e um cenário complexo foi criado para justificar a aplicação de choques. Esse tipo de engodo tem sido muito utilizado em pesquisas de Psicologia Social, mas muito menos utilizado na área de Psicologia Experimental, em estudos de percepção humana, aprendizagem, memória e desempenho motor. Mesmo nessas áreas, no entanto, o experimentador raramente conta aos participantes tudo o que irá acontecer no experimento. Além disso, o experimentador pode criar um enredo, para tornar o experimento plausível e interessante (por exemplo, pedir aos participantes para que leiam uma história real no jornal, com o objetivo de estudar habilidades de leitura, quando o verdadeiro propósito do estudo é examinar erros de memória ou esquemas de organização).

Há muitos anos, psicólogos como Kelman (1967), Ring (1967), Rubin (1970, 1985), Ortmann e Hertwig (1997) vêm criticando o uso de engodo. Kelman, Ortmann e Hertwig acreditam que qualquer tipo de engodo é moralmente inaceitável; é simplesmente errado enganar pessoas, qualquer que seja a razão. Outra objeção ao uso de engodo é a de que ele prejudica a reputação da área. Rubin e Ring também argumentam que pesquisadores algumas vezes inventam engodos elaborados, em função da notoriedade obtida – Rubin descreve-os como "trocistas do laboratório". Rubin lembra um procedimento no qual um estudan-

te graduado experiente leva os participantes a acreditar que quebraram uma peça valiosa do equipamento. Como outro exemplo, Ortmann e Hertwig descrevem um estudo no qual o cúmplice choca-se contra um participante do sexo masculino e o insulta com um palavrão, na tentativa de provocar raiva.

No entanto, essas opiniões dificilmente são unânimes (Bröder, 1998; Kimmel, 1998; Korn, 1998; Smith; Richardson, 1985). Bröder argumenta que esses exemplos extremos do uso de engodo, apresentados pelos críticos, não são representativos do tipo mais comum de engodo, no qual algumas informações são omitidas para preservar a integridade científica da pesquisa. Além disso, há evidências de que universitários participantes de pesquisas não se incomodam com o engodo utilizado e até mesmo gostam de experimentos com engodo (Christensen, 1988). Retornaremos a essas questões após examinar outras formas de lidar com os problemas de dano e engodo na pesquisa: consentimento informado, entrevista de esclarecimento e estratégias de pesquisa alternativas que não envolvem engodo.

Consentimento Informado

Idealmente, toda pesquisa deveria trabalhar com participantes plenamente informados. Como já vimos anteriormente, consentimento informado significa que os participantes da pesquisa são informados sobre os propósitos do estudo, os riscos associados aos procedimentos e seu direito de recusar ou interromper sua participação no estudo. Em outras palavras, são dadas todas as informações que poderão influenciar a decisão de participar antes de o participante tomar tal decisão.

Também, como já vimos anteriormente, o uso de engodo priva os participantes de consentimento informado pleno. Se tivesse havido consentimento informado pleno no experimento de Milgram, os pesquisadores, antes do início do experimento, deveriam ter dito aos participantes que estavam estudando obediência e que os participantes deveriam aplicar choques dolorosos em outras pessoas. Também deveriam ter dito que os participantes poderiam desistir a qualquer momento. Você pode constatar facilmente que o consentimento informado pleno não é uma solução satisfatória para o problema do engodo. Primeiro, saber que a pesquisa foi planejada para estudar obediência pode alterar o comportamento dos participantes. Poucas pessoas gostam de considerar-se obedientes e provavelmente mudariam seu comportamento para provar que não o são. Há pesquisas que mostram que a obtenção de consentimento informado pode, de fato, viesar as respostas dos participantes, pelo menos, em algumas áreas de pesquisa. Por exemplo, pesquisas sobre estressores, como barulho ou multidão, têm mostrado que o sentimento de "controle" reduz o impacto negativo de um estressor. Se a pessoa sabe que pode interromper um ruído alto e irritante, ele irá produzir menos estres-

se do que um ruído incontrolável. Estudos de Gardner (1978) e Dill, Gilden, Hill e Hanslka (1982) demonstraram que procedimentos que utilizam consentimento informado aumentam a percepção do controle em experimentos sobre estresse e, portanto, podem afetar as conclusões da pesquisa.

Um segundo problema com o uso do consentimento informado é a possibilidade de viesar a amostra. No experimento de Milgram, se os participantes tivessem tido conhecimento prévio de que deveriam aplicar choques severos em outras pessoas, poderiam ter-se recusado a participar. Portanto, nossa capacidade de generalizar os resultados pode ficar restrita aos "tipos" de pessoas que concordaram em participar. Se isso for verdade, podemos concluir que o comportamento obediente, observado no experimento de Milgram, ocorreu simplesmente porque as pessoas que concordaram em participar eram sádicas, de partida!

Essa discussão pressupõe que o consentimento informado pleno é a única alternativa em relação ao consentimento sem nenhuma informação. O consentimento informado pleno é absolutamente necessário quando há riscos essenciais associados à participação numa pesquisa. No entanto, freqüentemente, há boas razões para negar informação quanto à hipótese do estudo ou à condição em que um indivíduo está participando (Sieber, 1992). Os pesquisadores em geral fornecem uma descrição geral do tema do estudo e asseguram aos participantes que eles podem desistir a qualquer momento, sem penalidade. Muitas pessoas que se dispõem a participar voluntariamente de experimentos não esperam toda revelação sobre o estudo antes da participação. Esperam, no entanto, que haja uma entrevista de esclarecimento minuciosa após terem completado o estudo.

Entrevista de Esclarecimento

A solução tradicionalmente utilizada para solucionar o problema do engodo é a realização de uma entrevista de esclarecimento minuciosa após o experimento. Se os participantes foram enganados de alguma maneira, os pesquisadores precisam explicar por que o engodo foi necessário. Se a pesquisa alterou o estado físico ou psicológico dos participantes de algum modo – como num experimento sobre os efeitos do estresse –, o pesquisador deve ter a garantia de que eles voltaram "ao normal" e de que se sentem confortáveis em relação a sua participação. Eles devem deixar o experimento sem qualquer sentimento negativo em relação ao campo da Psicologia e devem, até mesmo, sair com alguma compreensão nova a respeito de seu comportamento ou de sua personalidade.

Mesmo que não tenham sido enganados, os participantes devem ser informados quanto aos objetivos do estudo e ao tipo de resultado esperado. Implicações práticas dos resultados obtidos também devem ser discutidas. Em alguns

casos, os pesquisadores podem voltar a entrar em contato com os participantes mais tarde, para relatar os resultados realmente obtidos. Assim, a entrevista de esclarecimento tem propósitos educativos e éticos.

A entrevista de esclarecimento é suficiente para eliminar qualquer efeito negativo quando estão envolvidos estresse e engodo? Vamos voltar ao experimento de Milgram. Esse pesquisador fez todo o possível para fornecer aos participantes uma entrevista de esclarecimento minuciosa. Informou aos obedientes que seu comportamento era normal e que eles não agiram diferentemente dos demais. Procurou conscientizá-los sobre a forte pressão que a situação exerceu sobre eles e esforçou-se para reduzir qualquer tensão sentida. Assegurou-lhes que nenhum choque foi realmente aplicado e promoveu uma reconciliação amistosa com o aliado, o senhor Wallace. Milgram também enviou um relatório sobre suas descobertas aos participantes e, ao mesmo tempo, perguntou sobre suas reações ao experimento. As respostas mostraram que 84% estavam satisfeitos por ter participado e 74% disseram que se beneficiaram com o experimento. Somente 1% mostrou ressentimento por ter participado. Quando os participantes foram entrevistados por um psiquiatra, um ano depois, nenhum efeito doentio da participação pôde ser detectado. Podemos concluir que a entrevista de esclarecimento atingiu seus objetivos. Outros pesquisadores que realizaram trabalhos adicionais sobre a ética dos estudos de Milgram chegaram às mesmas conclusões (Ring; Wallston; Corey, 1970).

Outras pesquisas sobre a entrevista de esclarecimento também têm levado à conclusão de que essa entrevista é um caminho efetivo para lidar com o engodo utilizado em experimentos (Smith; 1983; Smith; Richardson, 1983). No entanto, o engodo permanece uma questão controversa. Você pode estar apreensivo, então, para saber se há ou não alternativa para o engodo.

Alternativas ao Engodo

Depois de criticar o uso do engodo na pesquisa, Kelman (1967) chamou a atenção para a necessidade de serem desenvolvidos procedimentos alternativos. Um procedimento sugerido por ele é o desempenho de papéis; outra opção inclui estudos de simulação (uma variação do desempenho de papéis) e experimentos "honestos".

Representação de Papéis. Num procedimento de representação de papéis, o experimentador descreve uma situação aos participantes e, então, pergunta como responderiam à situação. Algumas vezes, solicita que digam como se comportariam nessa situação; outras vezes, que imaginem como participantes reais se comportariam na situação. Não está claro se essas duas instruções produzem qualquer diferença nos resultados.

A representação de papéis não é geralmente considerada uma alternativa satisfatória ao engodo (Freedman, 1969; Miller, 1972). Um problema é a falta de envolvimento decorrente do fato de os participantes não fazerem realmente parte da situação – a simples leitura da descrição de uma situação não é suficiente para envolver os participantes muito profundamente. Além disso, como o experimentador fornece aos participantes uma descrição completa da situação, suas hipóteses tornam-se transparentes para eles. Quando as pessoas imaginam qual é a hipótese, podem tentar comportar-se de maneira consistente com ela. Características de um experimento informativas sobre as hipóteses testadas são denominadas "características de demanda". O problema das características de demanda será descrito detalhadamente no Capítulo 9.

O defeito mais sério da representação de papéis é que, não importa que resultados sejam obtidos, os críticos sempre poderão dizer que resultados diferentes seriam obtidos se os participantes estivessem numa situação real. Essas críticas baseiam-se na suposição de que as pessoas nem sempre são capazes de prever acuradamente seu próprio comportamento ou o comportamento de outros. Isso pode ser especialmente verdadeiro quando estão envolvidos comportamentos indesejáveis – tais como conformidade, desobediência ou agressão. Por exemplo, se Milgram tivesse usado o procedimento de representação de papéis, quantas pessoas teriam predito que seriam completamente obedientes? De fato, ele pediu a um grupo de psiquiatras para prever os resultados de seu estudo e constatou que mesmo esses especialistas não conseguiram prever acuradamente o que aconteceu. Um problema semelhante pode aparecer se pedirmos a pessoas para dizer se ajudariam alguém em dificuldade. Muitos de nós provavelmente superestimaríamos nossas tendências altruístas.

Estudos que envolvem simulação. Um tipo diferente de representação de papéis envolve a simulação de uma situação do mundo real. Kelman (1967) ficou impressionado com um estudo de Simulação da Relação Entre Nações no qual os participantes desempenharam o papel de líderes de nações e os pesquisadores observaram processos de negociação, solução de problemas e assim por diante. Tais simulações podem criar níveis elevados de envolvimento, como bem podem avaliar os leitores que já passaram uma noite inteira jogando Banco Imobiliário ou que ficaram inteiramente absortos num jogo de computador.

Mesmo no caso de estudos que envolvem simulação, pode haver problemas éticos. Um exemplo dramático é o Experimento da Prisão de Stanford, realizado por Zimbardo, 1973; Haney; Zimbardo, 1998. Zimbardo simulou uma prisão, no subsolo do prédio da Psicologia da Universidade Stanford. Recrutou estudantes universitários, que receberam 15 dólares por dia para representar o papel de prisioneiro ou de guarda, durante um período de duas semanas. Os guardas receberam uniformes, óculos de sol e cacetetes. Os prisioneiros receberam números e gorros de náilon, para simular o corte de cabelo dos prisioneiros e para

reduzir o sentimento de individualidade. Os participantes ficaram profundamente envolvidos em seus papéis, a tal ponto que Zimbardo teve que interromper a simulação depois de seis dias, em razão do comportamento cruel dos "guardas" e das reações de estresse dos "prisioneiros". Essa foi apenas uma simulação – os participantes sabiam que não eram realmente prisioneiros ou guardas. No entanto, envolveram-se tanto em seus papéis que o experimento produziu níveis de estresse mais elevados do que seriam produzidos em qualquer outro experimento que se pudesse imaginar. Felizmente, o experimento de Zimbardo é um caso raro – muitos estudos que envolvem simulação não levantam as questões éticas colocadas por esse estudo particular.

Experimentos honestos. Rubin (1973) descreveu o que denominou estratégias experimentais "honestas". Nenhuma delas envolve representação de papéis. A primeira estratégia consiste em conscientizar totalmente os participantes em relação aos objetivos da pesquisa. Num estudo realizado por Byrne, Ervin e Lamberth (1970), os pesquisadores disseram a estudantes universitários que estavam interessados em verificar a eficácia do estabelecimento de casais por meio de computador. Usaram um programa de computador para reunir casais com atitudes semelhantes ou com atitudes diferentes. Cada casal teve um encontro rápido no *campus* e, em seguida, os pesquisadores avaliaram quanto cada rapaz gostou da garota e vice-versa. Nos casais com atitudes semelhantes, o grau de atração foi maior que nos casais com atitudes diferentes. O estudo não envolveu engodo nem deturpação dos objetivos da pesquisa.

Uma segunda estratégia honesta é usada em situações em que se aplicam programas com o objetivo explícito de mudar o comportamento das pessoas. Rubin cita como exemplo a aplicação de programas educacionais, campanhas de saúde, campanhas de caridade, campanhas políticas e solicitação de voluntários. Em situações desse tipo as pessoas sabem que alguém está tentando mudar seu comportamento. Por exemplo, as pessoas podem expor-se voluntariamente a um apelo para deixar de fumar. Os pesquisadores podem então investigar a efetividade de um apelo desse tipo enquanto manipulam variáveis tais como a quantidade de medo provocado (Leventhal, 1970).

Segundo Rubin, muitos experimentos de campo envolvem procedimentos honestos. Em contraste com experimentos de laboratório, como o de Milgram, em que o comportamento é estudado em ambiente de laboratório, experimentos de campo introduzem a manipulação experimental num contexto natural. Rubin cita um estudo em que um experimentador encarava motoristas de carro enquanto eles estavam esperando a luz vermelha do farol mudar (Ellsworth; Carlsmith; Henson, 1972). Os motoristas encarados deram partida mais rápido que os motoristas do grupo de controle, que não eram observados por um experimentador. Esse experimento em especial não parece particularmente antiético. Todos nós já passamos pela experiência de sermos observados fixa-

mente. Os pesquisadores apenas aplicaram métodos experimentais para estudar sistematicamente essa situação. Muitas pesquisas de campo são realmente honestas. Os pesquisadores observam o comportamento de pessoas em lugares públicos e em situações cotidianas. No entanto, o fato de um experimento ser realizado em campo não garante que ele esteja isento de problemas éticos. Por exemplo, quais são as implicações éticas (e legais) de um procedimento em que o pesquisador, interessado em estudar diferentes tipos de preços oferecidos, faz-se passar por cliente, levando vendedores de carro a perder seu tempo, ou de um procedimento que expõe usuários de metrô a pessoas que desmaiam entre as estações (Silverman, 1975)?

Uma última estratégia honesta discutida por Rubin envolve situações em que ocorrências naturais apresentam oportunidade para fazer pesquisa: "A natureza, o destino, os governantes e outras forças freqüentemente impõem sua vontade sobre as pessoas de forma aleatória e não sistemática." Por exemplo, pesquisadores estudaram os efeitos da aglomeração, num período de escassez de vagas em alojamentos estudantis, obrigando a Universidade Rutgers a designar estudantes solteiros aleatoriamente para dormitórios lotados ou não (Aiello; Baum; Gormley, 1981). Baum, Gachtel e Schaeffer (1983) estudaram os efeitos do estresse associado com desastres de uma usina nuclear, comparando pessoas que viviam perto da usina de Three Mile Island com outras que viviam perto de usinas nucleares que não sofreram desastre ou de uma usina convencional, que utiliza energia gerada por carvão. Esses experimentos naturais ocorrem com freqüência suficiente para se tornar fontes valiosas de dados.

O Engodo ainda Constitui um Problema?

Os psicólogos obviamente têm pensado muito sobre os problemas do engodo, desde o experimento de Milgram, na década de 1960. É razoável questionar se o engodo ainda constitui um problema na pesquisa. Como a maioria das preocupações com engodo diz respeito a pesquisas de Psicologia Social, as tentativas para examinar essas questões têm-se voltado para a Psicologia Social. Gross e Fleming (1982) revisaram 691 estudos de Psicologia Social publicados nas décadas de 1960 e 1970. Embora muitas pesquisas nos anos 70 ainda utilizassem engodo, tratava-se basicamente da criação de histórias.

Essa tendência para utilizar menos engodo prosseguiu? Sieber, Iannuzzo e Rodriguez (1995) examinaram os estudos publicados no *Journal of Personality and Social Psychology* em 1969, 1978, 1986 e 1992. O número de estudos que utilizou alguma forma de engodo diminuiu de 66%, em 1969, para 47%, em 1978, e para 32%, em 1986, mas aumentou novamente para 47%, em 1992. A grande queda em 1986 pode ser devida a um aumento, nesse ano, de estudos sobre personalidade, que não requerem engodo para sua realização. Além disso,

o uso de consentimento informado tendeu a ser mais explicitamente descrito em 1992 do que nos anos anteriores, e a entrevista de esclarecimento tendeu a ser mais mencionada após 1969. No entanto, a utilização de histórias para camuflar os reais objetivos de uma pesquisa ainda é freqüente. Korn (1997) concluiu que o uso de engodo em Psicologia Social está diminuindo.

Há três razões principais para essa mudança. Primeiro, aumentou o número de pesquisadores interessados no estudo de variáveis cognitivas em lugar de variáveis emocionais, passando, então, a usar métodos semelhantes aos usados em pesquisas sobre memória e Psicologia Cognitiva. Segundo, o nível geral de consciência em relação a questões éticas, tais como as descritas neste capítulo, tem levado os pesquisadores a realizar seus estudos de outras maneiras. Terceiro, comitês de ética nas universidades agora analisam mais cuidadosamente os projetos de pesquisa (os comitês de ética serão descritos adiante neste capítulo).

OUTRAS QUESTÕES ÉTICAS NA PESQUISA

Estresse e engodo são as duas maiores fontes de preocupação ética em relação a pesquisa. No entanto, muitas outras questões éticas também podem ser consideradas.

Anonimato e Sigilo

Os pesquisadores precisam tomar cuidado para garantir o anonimato dos indivíduos. Ao estudar assuntos como comportamento sexual, divórcio, violência familiar ou abuso de drogas, precisam, algumas vezes, fazer às pessoas perguntas delicadas sobre sua vida particular. É extremamente importante que a resposta a essas perguntas seja confidencial. Na maioria dos casos, as respostas são totalmente anônimas – não é possível relacionar a identidade de uma pessoa com os dados. Isso ocorre, por exemplo, quando se aplicam questionários a grupos de pessoas sem solicitar qualquer informação que possa identificar um indivíduo (como seu nome, número da carteira de identidade ou número de telefone). Em outros casos, como o de uma entrevista pessoal em que a identidade da pessoa poderia ser conhecida, o pesquisador deve planejar cuidadosamente formas de codificar os questionários e deve explicar os procedimentos aos participantes, de forma a não deixar dúvidas quanto ao anonimato das respostas.

Em algumas pesquisas há necessidade real de identificar os participantes individualmente, quando eles passam por múltiplos procedimentos em ocasiões diferentes ou quando é preciso fornecer informações sobre os resultados obtidos num teste. Nesses casos, deve haver alguma forma de identificar os indivíduos, mas ao mesmo tempo separar dos dados reais as informações sobre sua identi-

dade. Os pesquisadores estão muito preocupados em garantir o anonimato dos participantes em pesquisas que envolvem levantamentos de opinião e uso de questionários.

A observação do comportamento de uma pessoa sem que ela saiba coloca uma questão mais problemática em relação ao anonimato. Em alguns estudos, os pesquisadores fazem observação do comportamento em lugares públicos. Observar pessoas em centros comerciais ou dentro de seus carros não parece trazer maiores problemas éticos. Mas o que dizer se um pesquisador deseja observar comportamento em um ambiente de maior privacidade ou de um modo que possa violar a privacidade de uma pessoa (Wilson; Donnerstein, 1976)? Por exemplo, seria ético examinar o lixo de alguém ou observar pessoas em banheiros públicos? Em um estudo, Middlemist, Knowles e Matter (1977) mediram o tempo que homens levam para começar a urinar e a duração da micção em banheiros universitários. O objetivo da pesquisa foi estudar o efeito do espaço pessoal sobre uma medida de ativação fisiológica (tempos de micção). Os estudantes foram observados sozinhos ou com um aliado do experimentador, que estava no mictório ao lado ou no mictório mais distante do banheiro. A presença e proximidade do aliado teve o efeito de atrasar a micção e de encurtar a duração do ato. Esse é um estudo interessante sob muitos aspectos; além disso, trata-se de uma situação freqüentemente vivida por homens. No entanto, alguém pode questionar se a invasão da privacidade foi justificada (Koocher, 1977). Os pesquisadores, por sua vez, podem argumentar que por meio de estudos piloto e de discussões com participantes potenciais determinaram que os problemas éticos seriam muito reduzidos (Middlemist et al., 1977). Middlemist e seus colaboradores empregaram um método, inicialmente proposto por Berscheid, Baron, Demer e Libman (1973), para determinar se um procedimento é eticamente aceitável. A representação de papéis é usada para obter informações sobre a percepção dos participantes de um experimento potencial. Se na representação de papéis os participantes indicam que aceitariam participar do experimento, pelo menos uma objeção ao engodo foi examinada.

Populações Especiais de Participantes de Pesquisa

Outra questão ética refere-se ao grau de participação voluntária. Muitos de nós acreditamos que estudantes universitários são capazes de escolher livremente entre participar de um estudo e abandoná-lo, caso considerem a pesquisa antiética. Mas o que dizer sobre populações especiais, tais como crianças, pacientes psiquiátricos ou prisioneiros? Com certeza, os pesquisadores devem tomar precauções especiais quando lidam com grupos como estes; obter consentimento informado apropriado torna-se especialmente importante nesses casos. Quando menores são convidados a participar de um experimento, por exemplo, os pais ou responsáveis

devem assinar um formulário de consentimento. A Divisão de Psicologia do Desenvolvimento da Associação Psicológica Americana (APA) e a Sociedade de Pesquisa do Desenvolvimento Infantil estabeleceram suas próprias orientações de ética em pesquisas com crianças.

Obrigações dos Experimentadores

Os pesquisadores estabelecem muitos "contratos" implícitos com os participantes no decorrer de um estudo. Por exemplo, o pesquisador deve comparecer pontualmente no horário combinado com os participantes. A questão da pontualidade nunca é mencionada por pesquisadores, mas é referida por participantes, quando questionados a respeito das obrigações do pesquisador (Epstein; Suedfeld; Silverstein, 1973). Se os pesquisadores prometerem fornecer um sumário dos resultados aos participantes, precisam fazê-lo. Se os participantes receberem créditos por sua participação, os pesquisadores devem informar imediatamente aos instrutores os nomes daqueles que fizeram parte da pesquisa. Esses são "pequenos detalhes", mas que são muito importantes para manter a confiança entre os participantes e os pesquisadores.

FORMULAÇÃO DE PRINCÍPIOS ÉTICOS

Os psicólogos reconhecem as questões éticas que discutimos aqui e a Associação Psicológica Americana (APA) exerceu papel de liderança na formulação de princípios e padrões éticos. Os Princípios Éticos em Psicologia e o Código de Conduta – também chamado Código de Ética (APA, 1993) – e os Princípios Éticos na Realização de Pesquisas com Participantes Humanos (APA, 1982) são fontes básicas de referência. O prefácio do Código de Ética estabelece:

Os psicólogos trabalham para desenvolver um corpo válido e confiável de conhecimento científico baseado em pesquisa. Esse conhecimento pode ser aplicado ao comportamento humano em diferentes contextos... Seu objetivo é ampliar o conhecimento do comportamento e, se for apropriado, aplicá-lo praticamente para melhorar a condição tanto dos indivíduos como da sociedade. Os psicólogos defendem a liberdade de investigação e de expressão na pesquisa, no ensino e na publicação. Também estão empenhados em ajudar o público a desenvolver julgamentos informados a respeito do comportamento humano... Cada psicólogo individualmente é responsável por aspirar ao padrão de conduta mais elevado possível. Os psicólogos respeitam e protegem os direitos humanos e civis. Não participam de práticas discriminatórias injustas de que tenham conhecimento e as condenam.

Os psicólogos estão comprometidos com seis princípios gerais: competência, integridade, responsabilidade profissional e científica, respeito aos direitos humanos e à dignidade das pessoas, preocupação com o bem-estar do próximo e responsabilidade social. Oito padrões éticos referem-se a questões específicas, relativas ao comportamento dos psicólogos no ensino, na pesquisa, na terapia e em outros papéis profissionais. Enfatizaremos aqui o Artigo 6 do Código de Ética, que trata do ensino, da supervisão de Treinamento, da Pesquisa e da Publicação.

PESQUISA COM PARTICIPANTES HUMANOS¹

Os itens do artigo 6 do Código de Ética que tratam mais diretamente da pesquisa com participantes humanos são:

6.06 Planejamento de Pesquisa

- a) O delineamento, a realização e o relatório de pesquisas em Psicologia devem estar de acordo com padrões reconhecidos de competência e ética da pesquisa científica.
- b) Os psicólogos planejam suas pesquisas de forma a minimizar a possibilidade de que seus resultados sejam enganosos.
- c) No planejamento de suas pesquisas, os psicólogos levam em conta o Código de Ética. Se uma questão ética não estiver clara, os psicólogos buscam resolvê-la por meio de consulta a comitês de ética institucionais, comitês de bem-estar animal, consultores *ad hoc* e outros mecanismos adequados.
- d) Os psicólogos esforçam-se para tomar medidas que garantam a proteção apropriada dos direitos e do bem-estar dos participantes humanos e de outras pessoas afetadas pela pesquisa, assim como do bem-estar de animais utilizados como sujeitos.

¹ A Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 196, de 10 de outubro de 1996, pode ser encontrada em <http://www.usp.br/ip/pesquisa/res196.html> (NT).

Há dois livros que discutem esse tema:

VIEIRA, S.; HOSSNE, W. S. *Experimentação com seres humanos*. São Paulo: Moderna, 1987.

VIEIRA, S.; HOSSNE, W. S. *Pesquisa médica: a ética e a metodologia*. São Paulo: Pioneira, 1998.

6.07 Responsabilidade

- a) Os psicólogos realizam pesquisas de forma competente, levando em conta a dignidade e o bem-estar dos participantes.
- b) Os psicólogos são responsáveis por garantir a obediência de princípios éticos na pesquisa realizada por eles próprios e por pessoas que estejam sob sua supervisão ou controle.
- c) Psicólogos e assistentes só podem desempenhar as tarefas para as quais estejam adequadamente treinados e preparados.
- d) Como parte do processo de desenvolvimento e implantação de projetos de pesquisa, os psicólogos consultam especialistas quando investigam uma população especial ou especialmente vulnerável.

6.08 Obediência à Lei e às Normas

Os psicólogos planejam e realizam suas pesquisas de maneira consistente com as leis e normas federais e estaduais, bem como de acordo com os padrões profissionais que governam a realização de pesquisas e, particularmente, com os padrões que governam a pesquisa com participantes humanos e sujeitos animais.

6.09 Aprovação Institucional

Os psicólogos obtêm das instituições ou organizações em que realizam suas pesquisas aprovação prévia para realizá-las e comprometem-se a fornecer informações adequadas sobre seus objetivos. Realizam a pesquisa de acordo com o protocolo de pesquisa aprovado.

6.10 Responsabilidade pela Pesquisa

Antes de realizar uma pesquisa (exceto quando esta envolve apenas levantamento anônimo de opinião, observação naturalística ou pesquisa similar), os psicólogos entram em contato com os participantes, para esclarecer a natureza da pesquisa e as responsabilidades envolvidas.

6.11 Consentimento Informado para Participação em Pesquisa

- a) Os psicólogos usam uma linguagem razoavelmente compreensível, para obter dos participantes de uma pesquisa o consentimento apropriado (exceto

quando se tratar do Artigo 6.12 – Dispensa de Consentimento Informado). O consentimento informado é adequadamente documentado.

- b) Por meio de linguagem razoavelmente compreensível, os psicólogos informam os participantes quanto à natureza da pesquisa; informam também que os participantes têm liberdade para participar ou não e para desistir no decorrer de um estudo; explicam as conseqüências previsíveis da recusa ou da desistência; dão informações a respeito de fatores que podem afetar a disposição para participar (tais como riscos, desconforto, efeitos adversos ou restrições à confidencialidade, exceto quando se tratar do disposto no Artigo 6.15 – Engodo na Pesquisa); e dão explicação sobre outros aspectos a respeito dos quais os futuros participantes tenham dúvidas.
- c) Quando os participantes são estudantes ou subordinados, os psicólogos devem tomar especial cuidado para proteger os possíveis participantes de conseqüências adversas da recusa em participar ou da desistência.
- d) Quando a participação numa pesquisa é requisito de uma disciplina ou representa a possibilidade de obtenção de créditos adicionais, é preciso dar aos possíveis participantes a opção de realizarem outras atividades equivalentes.
- e) Quando se trata de pessoas que estão legalmente incapacitadas de dar consentimento informado, os psicólogos, mesmo assim, (1) fornecem uma explicação apropriada, (2) obtêm a anuência dos participantes e (3) obtêm permissão apropriada de uma pessoa legalmente autorizada, se esse consentimento substitutivo for permitido por lei.

6.12 Dispensa de Consentimento Informado

Antes de determinar que a pesquisa planejada (como no caso de pesquisas que envolvem somente questionários anônimos, observações naturalísticas ou certos tipos de pesquisa de arquivos) não requer o uso do consentimento informado dos participantes da pesquisa, os psicólogos consideram os regulamentos em vigor e as exigências das comissões de pesquisa institucionais, além de consultar colegas, no caso de isso ser apropriado.

6.13 Consentimento Informado para a Realização de Filmagens ou Gravações

Os psicólogos obtêm consentimento dos participantes de suas pesquisas antes de realizar qualquer forma de filmagem ou gravação, a menos que a pes-

quisa envolva simples observação naturalística em lugares públicos e que não se anteveja a possibilidade de o registro vir a possibilitar identificação pessoal ou causar prejuízo ao participante.

6.14 Oferta de Incentivos aos Participantes de Pesquisa

- a) Ao oferecer serviços profissionais como um incentivo para a participação numa pesquisa, os psicólogos esclarecem a natureza dos serviços, assim como os riscos, as obrigações e as limitações (veja também o Artigo 1.18, Barter [Com Pacientes ou Clientes]).
- b) Os psicólogos não oferecem incentivos financeiros excessivos ou inapropriados, para obter participantes em suas pesquisas, particularmente quando a oferta desses incentivos pode funcionar como uma forma de coação.

6.15 Engodo na Pesquisa

- a) Os psicólogos somente realizam um estudo que envolve engodo quando o uso de tais técnicas se justifica pelos propósitos científicos, educacionais, ou pela aplicação potencial dos resultados do estudo e desde que não se disponha de procedimentos alternativos efetivos que dispensem o uso de engodo.
- b) Os psicólogos nunca enganam os participantes de suas pesquisas no que diz respeito a aspectos significativos que poderiam afetar sua disposição em participar, tais como riscos físicos, desconforto ou experiências emocionais desagradáveis.
- c) Qualquer outro engodo, que faça parte do delineamento e da realização de um experimento, precisa ser explicitado aos participantes tão cedo quanto possível, e de preferência ao encerrar sua participação, ou no máximo ao concluir a pesquisa (veja também Artigo 6.18 – Informações Fornecidas aos Participantes Sobre o Estudo).

6.16 Compartilhamento e Utilização de Dados

Os psicólogos fornecem aos participantes de suas pesquisas informações sobre o compartilhamento antecipado com outros profissionais, ou sobre outros usos de dados de pesquisa pessoalmente identificados, e fornecem informações sobre a possibilidade de usos futuros não previstos dos dados.

6.17 Utilização Mínima de Procedimentos Invasivos

Ao realizar suas pesquisas, os psicólogos restringem sua interferência com os participantes ou com o meio em que os dados são coletados ao que é justificado por um delineamento de pesquisa apropriado, e comportam-se de forma consistente com o papel de investigadores científicos em psicologia.

6.18 Informações Fornecidas aos Participantes sobre o Estudo

- a) Os psicólogos criam oportunidades para fornecer aos participantes informações apropriadas sobre a natureza, os resultados e as conclusões da pesquisa e, também, tentam corrigir qualquer compreensão distorcida que os participantes possam ter.
- b) Se valores científicos ou humanos justificarem o atraso no fornecimento dessas informações ou sua omissão, os psicólogos tomam medidas razoáveis para reduzir os riscos de dano.

6.19 Compromisso de Honra

Psicólogos procuram tomar medidas razoáveis para honrar todos os compromissos assumidos com os participantes de suas pesquisas.

Esses artigos enfatizam a importância do consentimento informado como uma parte fundamental da prática ética. No entanto, nem sempre é possível fornecer toda a informação e o engodo algumas vezes pode ser necessário. Em tais casos, as responsabilidades do pesquisador junto aos participantes aumentam. Obviamente, decisões sobre o que é considerado ético ou não são complexas; não há regras rigorosas. Mais adiante neste capítulo discutiremos a análise custo-benefício para tomar decisões éticas.

Além do Código de Ética da APA, o Departamento de Saúde e Vigilância dos Estados Unidos (HHS) estabeleceu normas para proteger pessoas que participam de pesquisas (Departamento de Saúde e Vigilância, 1981). De acordo com essas normas, toda instituição que recebe fundos do HHS deve ter uma Comissão de Ética (IRB),² que decide se a pesquisa proposta pode ser realizada (note que essa comissão é mencionada no Código de Ética). A comissão de ética é composta tanto por cientistas quanto por não cientistas, membros da comunidade e juristas. Nos Estados Unidos, praticamente toda universidade e faculdade

² Em inglês, *Institutional Review Board* (IRB) (NT).

tem uma comissão de ética. Além disso, a maioria dos departamentos de Psicologia tem seus próprios comitês de pesquisa (Chastain e Landrum, 1999). A regulamentação do HHS de 1981 categorizou as pesquisas de acordo com o grau de risco imposto aos participantes, para facilitar a avaliação ética das pesquisas. O Código de Ética da APA incorporou esse conceito de risco.

Pesquisas que “não envolvem riscos” são excluídas da avaliação. Assim, pesquisas que envolvem apenas questionários anônimos, levantamentos de opinião e testes educacionais são excluídas da avaliação, assim como aquelas que envolvem observações naturalísticas realizadas em lugares públicos, quando há garantia de anonimato. Pesquisas de arquivo, em que os dados estão disponíveis para consulta pública, ou em que os participantes não podem ser identificados, também são excluídas da avaliação.

Um segundo tipo de atividade de pesquisa é chamado de “risco mínimo”. Risco mínimo significa que os riscos de dano para os participantes não são maiores do que os encontrados em sua vida diária ou em testes físicos ou psicológicos rotineiros. Quando pesquisas de risco mínimo estão sendo realizadas, a preocupação com a segurança do participante diminui e a aprovação pelo IRB é automática. Algumas das atividades de pesquisa consideradas de risco mínimo são: (1) registro de dados fisiológicos de rotina que envolvem participantes adultos (por exemplo, pesagem, testes de acuidade sensorial, eletrocardiograma, eletroencefalograma, ecografia diagnóstica e registro de voz) – note que não estão incluídos registros invasivos; (2) exercício moderado por voluntários saudáveis; e (3) pesquisa sobre comportamento de indivíduos ou de grupos ou características individuais, tais como estudos de percepção, cognição, teoria de jogos ou desenvolvimento de testes, nos quais o pesquisador não manipula o comportamento dos participantes e a pesquisa não submete os participantes a estresse.

Qualquer procedimento de pesquisa que submeta o participante a um nível de risco um pouco superior ao mínimo está sujeito a avaliação minuciosa pelo IRB. Consentimento informado pleno e outras garantias podem ser exigidos para que a aprovação seja dada.

Podemos concluir que, com os princípios éticos da Associação Psicológica Americana (APA), os regulamentos do Departamento de Saúde e Vigilância (HHS) e a Análise pelos Comitês de Ética (IRB), os direitos e a segurança dos participantes humanos estão protegidos. Você poderá observar, nesse ponto, que os pesquisadores e os membros dos comitês de avaliação tendem a ser muito cautelosos em relação ao que é considerado ético. De fato, muitos estudos têm mostrado que, depois de participar de pesquisas, os estudantes tendem a ser mais lenientes em seus julgamentos sobre os aspectos éticos de experimentos do que os próprios pesquisadores ou membros dos comitês de avaliação (Epstein et al.,

1973, Smith, 1983; Sullivan; Deiker, 1973). Além disso, indivíduos que participam de pesquisas que envolvem engodo relatam que não se importaram com o engodo e avaliaram a experiência de forma positiva (Christensen, 1988).

ÉTICA E PESQUISA ANIMAL

Embora este capítulo tenha tratado até aqui de questões éticas relativas à pesquisa com seres humanos, você deve certamente saber que os psicólogos algumas vezes realizam pesquisas com animais. Utilizam animais por várias razões. O pesquisador pode controlar cuidadosamente as condições ambientais a que submete os animais, estudar os mesmos animais durante períodos longos de tempo e monitorar seu comportamento 24 horas por dia, caso seja necessário. Também é possível usar animais para testar os efeitos de drogas e para estudar mecanismos fisiológicos e genéticos subjacentes ao comportamento. Em 1979, aproximadamente 7% dos artigos referidos no *Psychological Abstracts* estudaram animais (Gallup; Suarez, 1985), e os dados indicam que as pesquisas com animais vêm diminuindo constantemente (Thomas; Blackman, 1992). Em geral, os psicólogos trabalham com ratos e camundongos e, menos frequentemente, com aves; de acordo com um levantamento de pesquisas realizadas com animais em psicologia, cerca de 95% dos animais de pesquisa eram ratos, camundongos e aves (veja Gallup; Suarez, 1985).

Nos últimos anos, grupos que se opõem à realização de pesquisas com animais em medicina, psicologia, biologia e outras ciências tornaram-se mais barulhentos e militantes. Por exemplo, grupos de defesa dos direitos dos animais organizaram protestos durante reuniões da Associação Psicológica Americana e, em numerosas cidades, ocorreram roubos de animais em laboratórios de pesquisa animal atribuídos a membros desses grupos. Os grupos também fazem campanha para que o legislativo proíba qualquer tipo de pesquisa com animais.

Os cientistas argumentam que a pesquisa com animais beneficia os seres humanos e mostram muitas descobertas que não seriam possíveis sem a pesquisa com animais (Miller, 1985). Além disso, os grupos que defendem os direitos dos animais frequentemente superestimam a quantidade de pesquisas que envolvem dor ou sofrimento (Coile; Miller, 1984).

Plous (1966a, 1966b) realizou um levantamento nacional de atitudes entre psicólogos e estudantes de psicologia, em relação ao uso de animais na pesquisa e no ensino. As atitudes dos psicólogos e dos estudantes foram similares. Em geral, 72% dos estudantes apoiaram tais pesquisas com animais, 18% se opuseram a elas e 10% ficaram indecisos (no entanto, os psicólogos apoiaram mais “fortemente” a pesquisa com animais do que os estudantes). Além disso, 68%